

**HABEAS CORPUS Nº 548.989 - RS (2019/0358545-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEISE CASPANI COLLET - RS051075  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : CLAUDIOMIRO FELIPE PEREIRA DE LIMA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDIOMIRO FELIPE PEREIRA DE LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul, no julgamento da Apelação Criminal n. 0257229-60.2019.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/2006, tendo sido absolvido pelo magistrado singular.

Irresignado, o Ministério Público interpôs apelação perante a Corte *a quo*, que deu provimento ao recurso para condenar o paciente à pena de 5 (cinco) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, nos termos da exordial acusatória.

Nesta via, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que não poderia a Corte de origem ter mantido o regime inicial fechado de execução com base na hediondez do delito, mormente em razão da declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90.

Defende o abrandamento do regime inicial, levando em consideração a primariedade do paciente e a quantidade da pena aplicada.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja fixado o regime prisional semiaberto.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Com efeito, para a concessão do pedido liminar, é necessário a presença cumulativa dos seus requisitos, a saber, o *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e o *periculum in mora* (perigo na demora).

Na presente hipótese, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto não foi comprovada a ilegalidade apontada pelo impetrante.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a

fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Ademais, a Corte de origem consignou ser "*impositiva a fixação do regime inicial **fechado**, por força da regra posta no art. 33, § 3º, do Código Penal*", dado que "*natureza e quantidade da droga situam-se nas circunstâncias judiciais que devem ser consideradas para determinação do regime prisional*" (e-STJ fl. 345).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator